

TRAGÉDIA NA PLATAFORMA

UM ANO DEPOIS VÍTIMAS ENFRENTAM O DRAMA DO ABANDONO

Explosão em FPSO que prestava serviço à Petrobras matou 9

✦ **BEATRIZ SEIXAS**
bseixas@redgazeta.com.br

✦ **MIKAELLA CAMPOS**
mikaella.campos@redgazeta.com.br

Há exato um ano da explosão na plataforma Cidade de São Mateus, vítimas e familiares ainda vivem a dor da tragédia, uma das maiores no setor de petróleo e gás do país. A explosão, no litoral de Aracruz, não só matou nove pessoas, mas também exterminou sonhos. Tanto quem sobreviveu ao fatídico dia quanto familiares das vítimas acusam as empresas responsáveis pela embarcação, BW Offshore e Petrobras, de abandono e de negligência. Eles revelam que sem assistência não tem sido fácil recomeçar.

“A superação não existe. A revolta pela forma que meu filho morreu não deixa o sofrimento ser amenizado. Não dá para dizer que aquilo foi acidente. A Polícia Federal (PF) mesmo mostrou que foi um homicídio”, desabafa Renato Rodrigues Junior, de 51 anos, pai de João Victor de Souza Rodrigues que teria 23 anos hoje.

O jovem, que trabalhou até fora do país, havia sido contratado pela BW apenas quatro meses antes do acidente para o cargo de técnico em mecânica. Ainda que estivesse há pouco tempo no novo emprego, o rapaz, que cursava faculdade, ti-

nha a expectativa de crescer na profissão e de ocupar uma função melhor.

Renato, que mora na capital do Rio de Janeiro, conta que, ao receber a notícia da explosão, veio logo para Vitória a fim de levar o filho para a casa. “Quando o primeiro barco com os funcionários chegou, ele não estava lá. Depois, veio o segundo. E só na chegada do terceiro barco fui informado que ele era um dos desaparecidos. A angústia, um misto de esperança de encontrá-lo vivo e a sensação de perda, demorou 18 dias até

que o corpo foi achado”, relata Renato, ao dizer que só teve apoio das corporações por apenas um mês. Ele deve entrar, em breve, na Justiça para pleitear uma indenização. “Não é possível reparar minha perda, porém, a indenização é a única forma de punir as empresas”.

As marcas profundas afetam não só os familiares dos mortos e os 26 feridos gravemente, mas também aquelas pessoas que saíram dali apenas com arranhões ou mesmo ilesas.

Com o lado emocional ainda abalado, muitos dos

“

As vítimas e os familiares estão pagando com dor. As empresas não têm o compromisso de oferecer tratamento psicológico”

— **PAULO RONY**
COORDENADOR
DO SINDIPETRO



BERNARDO COUTINHO/ARQUIVO

Explosão

Em 11 de fevereiro de 2015, aconteceu uma explosão na casa de bombas da plataforma Cidade de São Mateus, no litoral de Aracruz, onde operava o navio da norueguesa BW Offshore, contratada da Petrobras. O acidente deixou 9 mortos e 26 feridos. Na embarcação estavam 74 trabalhadores.



Vazamento Localização

Por volta das 12h30 do dia 11 de fevereiro, aconteceu uma explosão na casa de bombas atingindo a praça de máquinas e o casario do navio. Antes da explosão, foi detectado o vazamento de gás e foram enviadas equipes para tentar conter esse vazamento. Apesar do problema, os profissionais que não estavam atuando na casa de bombas foram liberados para almoçar.

Depois de 19 dias do acidente, foi localizado o nono e último corpo que estava desaparecido. Nas primeiras semanas após a tragédia, as empresas e os órgãos envolvidos atuavam no resgate e na retirada da água que inundava as salas de bombas e máquinas. O navio exercia a produção de 2,5 milhões de metros cúbicos de gás por dia, além de condensado.



RELATÓRIO DA ANP/ARQUIVO

Fotos do relatório da Agência Nacional do Petróleo (ANP) mostram profissionais avaliando a destruição na plataforma. Enfermaria e casario foram danificados

74 trabalhadores que estavam embarcados no navio estão com dificuldades de falar sobre o assunto. Alguns não conseguiram até hoje retomar o trabalho. Outros pensam em mudar de profissão para tentar fugir das lembranças. “Eu prefiro não falar dessa situação. Foi muito doloroso para mim. Continuei embarcando no navio até novembro para cumprir contratos, mas não pretendo permanecer nesse ramo”, disse um trabalhador, que preferiu não se identificar.

Assim como ele, boa parte dos sobreviventes e dos familiares afirma não ter recebido tratamentos psicológico nem psiquiátrico para superar o terror. “Particpei de 12 sessões, mais nada que isso. Com certeza precisava de acompanhamento. Meu psicólogo e eu solicitamos a continuidade do tratamento. Mas até agora não tive respostas”, acrescenta.

A falta de amparo é confirmada pelo coordenador-geral do Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro-ES), Paulo Rony, ao dizer que a

“
 Nem eu
 nem a mãe de
 João Victor
 superamos a
 dor. A BW
 roubou pelo
 menos 55 anos
 de vida do
 nosso filho,
 que hoje teria
 23 anos”

—
RENATO RODRIGUES JUNIOR PAI DE JOÃO VICTOR SOUZA RODRIGUES

política de segurança, meio ambiente e saúde (SMS) das petroleiras é deficiente.

A mãe de um dos trabalhadores feridos, que também preferiu não revelar o nome, reconhece que, de tão impressionado com a tragédia, o filho não conversa sobre o acidente. “Ele tem ido ao médico pelo plano de saúde. Porém, o trauma o impede de falar qualquer coisa sobre a explosão. A única coisa que posso fazer por ele é orar”.

A memória do acidente é inapagável, segundo outro trabalhador que presenciou tudo. Ele estava no vestiário trocando de roupa antes de ir almoçar, sem equipamentos de segurança, quando ouviu o estrondo e viu parte das instalações desmoronar. “O teto caiu. Dei a mão a um colega meu, que trabalhava no navio há pouco tempo, e nos tirei daquele local. No caminho, vi pessoas feridas, sangrando, e três colegas mortos. Eles estavam no ponto de encontro, local onde todos deveriam ir num momento de urgência”, lembra um dos trabalhadores que também culpa as



ARQUIVO

“O vazamento na casa de bombas foi uma tragédia anunciada. A BW sabia do problema, mas deixou as pessoas morrerem lá”

—
VITOR MARQUES
 EX-EMPREGADO DA BW

empresas de abandono.

Desde o acidente, ele, que se manteve no anonimato por medo de retaliações, nunca mais voltou ao trabalho e tem receio de não ser mais capaz de atuar na mesma profissão. “Foi um caos. As pessoas estavam perturbadas. Algumas queriam até se jogar na água. Não sei como vou me comportar ao retornar para o mar”, explica o trabalhador que até hoje não ganhou indenização e não teve direito a acompanhamento psicológico.

O drama poderia ter sido

evitado, segundo o ex-funcionário da BW, Vitor Marques da Silva. Ele, que trabalhou como técnico em mecânica e também era membro da Cipa, diz que um ano antes, gerentes em terra e no mar foram avisados sobre o vazamento de condensado, o principal fator da explosão.

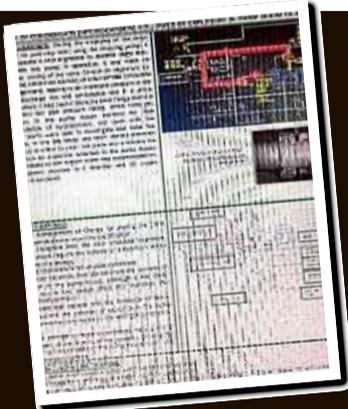
Nos meses que antecederam o desastre, ele foi transferido para outra plataforma. “Isso foi irregular, pois eu era cipista. Não poderia ter saído. Com certeza foi por causa das minhas

investigações sobre as irregularidades trabalhistas”, afirma Vitor. Ele foi demitido pela BW em outubro de 2015 e briga contra a empresa na Justiça.

Em nota, a Petrobras disse que o relacionamento com os trabalhadores é uma tarefa da BW, companhia afretadora do navio. A estatal destacou, ainda, acompanhar a assistência prestada às famílias e às vítimas, por meio de reuniões. A BW foi procurada, no entanto, não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Relatório

Em junho de 2015, A GAZETA teve acesso, com exclusividade, ao relatório da Petrobras e da BW que apontava as causas do acidente. O documento mostrou que a instalação de uma peça fora dos padrões para o sistema foi um dos estopins para a explosão. Porém, o documento não apontou os responsáveis pelas mortes.



Acusação

A Polícia Federal informou em 16 de dezembro que concluiu o inquérito sobre o acidente e indiciou o gerente do navio e mais três funcionários da BW, todos estrangeiros. Eles foram acusados por homicídio doloso, culposo e lesão corporal grave, e podem pegar até 25 anos de prisão. O inquérito está nas mãos do Ministério Público Federal.



Erros

Para a PF, houve uma sucessão de erros em relação à transferência de fluidos de um tanque para o outro, além do fato de os responsáveis pelo navio terem subestimado o vazamento de gás na casa de bombas, enviando equipes para o local mesmo com a detecção de alto risco de explosão.



TRAGÉDIA NA PLATAFORMA

UNIDADE SÓ DEVE VOLTAR À OPERAÇÃO EM 2018

Plataforma, que será levada para Singapura, ainda está parada

Passados 12 meses do acidente com a plataforma Cidade de São Mateus, a embarcação continua parada no Litoral Norte capixaba, no mesmo local onde aconteceu a explosão. Desde a tragédia, o navio teve suas atividades interrompidas e, portanto, está sem produzir.

Aliás, essa é a condição que deve perdurar até 2018, data solicitada pela Petrobras à Agência Nacional do Petróleo (ANP) para retomar a produção nos campos de Camarupim e Camarupim Norte. O pedido feito pela estatal ainda está sob análise do órgão regulador.

Apesar de não confirmar à reportagem que a paralisação do FPSO somará três anos, a Petrobras justificou que “trabalha com o cenário de retorno da plataforma após a conclusão dos reparos a serem realizados em estaleiro selecionado pela empresa afretadora (BW Offshore), a depender do cronograma de reparos”.

A companhia esclareceu, ainda, que foi con-



Ferro retorcido indica o local onde ocorreu a explosão no navio-plataforma FPSO Cidade de São Mateus

cluído o processo final de desancoragem do FPSO e que a plataforma aguarda vistorias dos órgãos fiscalizadores antes de ser liberada para ajustes.

Questionada sobre o tempo para conserto, data de saída do Espírito Santo, custos do reparo e o estaleiro que vai receber a embarcação, a BW não respondeu

às questões até o fechamento desta edição. Mas em 18 de janeiro, a multinacional havia informado que a unidade estava em processo de preparação para ser rebo-

cada para Singapura.

A decisão da norueguesa de enviar para o exterior a plataforma revoltou o Sindicato dos Petroleiros no Espírito Santo. O coorde-

ARRECADAÇÃO

R\$ 160

milhões

É o prejuízo previsto aos cofres do Estado com a paralisação do FPSO.

nador-geral da entidade, Paulo Rony, defende que os reparos deveriam ser feitos no Estaleiro Jurong, em Aracruz, ou pelo menos em algum estaleiro no Brasil. “É um equívoco. O ônus das mortes e dos feridos e a queda na produção. Tudo isso fica com os capixabas. Mas aí na hora de criar oportunidades isso é feito lá fora?”, critica o sindicalista.

A paralisação do FPSO poderá render prejuízos superiores a R\$ 160 milhões para os cofres capixabas. Segundo cálculos divulgados pelo governo do Estado, na época do acidente, a queda na arrecadação seria de R\$ 4,5 milhões por mês de royalties e ICMS.

Petroleiros: homenagens e reivindicações

Para lembrar o pior acidente da história do Espírito Santo no setor de óleo e gás, homenagear as vítimas da tragédia e para cobrar mais segurança nas atividades do segmento, o Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro-ES) faz hoje um ato em frente ao prédio da Petrobras, na Reta da Penha, e

também na área de embarque para as plataformas, no Aeroporto de Vitória.

O objetivo do movimento é, segundo o coordenador-geral, Paulo Rony, e o diretor do sindicato, Davidson Lomba, chamar a atenção para a urgência na adoção de ações que evitem novos acidentes. “Ca-

da vez mais a nossa tolerância com a insegurança é zero. Desde o acidente, não vimos nada avançar para melhorar as condições de trabalho. O que a Petrobras precisa entender é que a segurança é inegociável”, defende Lomba.

Rony reclama, ainda, das dificuldades de acesso a

informações e a plataformas da Petrobras para que as atividades sejam fiscalizadas. A estatal, entretanto, diz que “o Sindipetro indica representante para acompanhamento de todas as Cipas, podendo participar de todas as reuniões e tendo acesso a todos os dados produzidos por elas”.



Petroleiros protestam por mais segurança no Estado

Falhas

Falhas na implementação do sistema de gerenciamento de segurança operacional e o não cumprimento de normas ligadas ao controle de riscos, pela Petrobras e pela BW, foram apontadas pela ANP como responsáveis por desencadear a explosão no navio Cidade de São Mateus.



Multas

O documento, concluído em agosto e divulgado em 17 de dezembro pela agência, revela que foram descobertas 28 falhas. Diante disso, a ANP instaurou processos administrativos que podem resultar em multas milionárias para a concessionária e a operadora do campo.



Demissão

Em janeiro, a BW propôs um Plano de Demissão Voluntária Incentivada para os funcionários do navio. A proposta oferecia incentivos financeiros de cinco remunerações, seis meses de tiquete supermercado, além de manter por mais seis meses os seguros médico e odontológico.